



MEDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

“Mostraram-me um pedaço de papel fotocopiado onde estava escrito: ‘Desde as eleições, algumas pessoas pretendem criar o caos e tumultos. Pede-se que sejam tomadas medidas rápidas... para identificar os organizadores e colaboradores.’ Aquilo pareceu-me muito estranho. Perguntei, ‘O que é que isto tem a ver comigo?’ Eles explicaram que eram um mandato geral. Depois enfiaram-me no carro.”

Shiva Nazar Ahari, defensora dos direitos humanos iraniana detida a 14 de Junho, descrevendo a sua detenção por responsáveis do Ministério das Informações.

O ano começou com aviões israelitas a bombardearem Gaza, parte de um conflito que durou 22 dias e matou centenas de civis palestinianos, e terminou com a crescente repressão no Irão, com milhares de manifestantes a voltarem a sair para as ruas para protestar contra o controverso resultado das eleições presidenciais e a brutal repressão da dissidência que se seguiu.

Ambos os casos, de forma diferente, ilustraram a necessidade de responsabilização para acabar com os duradouros ciclos de abusos dos direitos humanos. Ambos ilustraram ainda as dificuldades em alcançar essa responsabilização. Após o conflito de Gaza, uma investigação determinada da ONU concluiu que ambas as partes do conflito, Israel e o Hamas, cometeram crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade, e apelou a ambos para realizarem investigações credíveis e julgarem os responsáveis, embora até ao final do ano nenhum deles tenha tomado medidas concretas nesse sentido.

As autoridades iranianas, entretanto, pareceram mais preocupadas em encobrir do que em investigar as alegações de violação e outras formas de tortura de prisioneiros. Procuraram ainda transferir a culpa pelos homicídios cometidos pelas suas forças para aqueles que protestaram contra elas, em vez de cumprir a sua obrigação ao abrigo da lei internacional de investigar devidamente as violações dos direitos humanos e julgar os responsáveis. Como arquitectos dos abusos, tinham muito a esconder.

Tanto os acontecimentos de Gaza como do Irão ilustraram, da forma mais clara possível, a insegurança contínua enfrentada por milhões de pessoas em toda a região do Médio Oriente e Norte de África. Tal como os anos anteriores, o ano de 2009 foi testemunha de como as profundamente enraizadas divisões políticas, religiosas e étnicas geraram padrões de intolerância, injustiça e conflito violento, em que aqueles que levantaram a voz para defender os direitos humanos ou pedir reformas o fizeram com risco da sua própria vida. Estas divisões e tensões foram ainda agravadas em

2009 pelo envolvimento estrangeiro na região, principalmente a presença de forças militares estrangeiras, e pelo impacto da crise financeira global.

Conflito e insegurança

O curto e violento conflito de Gaza e do Sul de Israel, no início do ano, foi marcado de ambos os lados por uma indiferença criminosa pelas vidas dos civis, que conseqüentemente constituíram a maioria dos mortos e feridos.

De igual forma, foram os civis, as pessoas que tentavam prosseguir com as suas vidas por entre a confusão que as rodeava, as principais vítimas do conflito interno que prosseguiu na maior parte do Iraque. De forma geral, o número de pessoas mortas naquele país caiu em 2009 comparativamente aos anos anteriores, mas mesmo assim, muitos civis foram mortos. Muitos perderam a vida na explosão de bombas em Bagdade e outras cidades, colocadas por grupos armados clandestinos que frequentemente pareceram escolher os alvos com o objectivo de matar e mutilar o maior número possível de civis, e de provocar um conflito sectário. Outros foram sequestrados e assassinados por milícias armadas ligadas a partidos representados no Parlamento iraquiano.

Também no Líbano, muitos milhares de civis foram deslocados das suas casas – eram cerca de 200 mil no final de 2009 – e não se sabe quantos foram mortos por entre os renovados e intensificados combates entre as forças governamentais e os seguidores armados de um líder religioso da minoria xiita morto em 2004. O conflito, no estado nortenho de Sa'da, estendeu-se à vizinha Arábia Saudita, cujas tropas enfrentaram os rebeldes xiitas.

Entretanto, o governo do Líbano recorreu cada vez mais a métodos repressivos para tentar conter a crescente instabilidade e os protestos no Sul do país contra a alegada discriminação, numa altura em que o país enfrenta graves problemas financeiros.

Ataques de grupos armados, incluindo grupos aparentemente ligados à al-Qaeda, causaram a morte de civis em países com a Argélia e o Egipto. Estes ataques, e as vagas de detenções de suspeitos que normalmente se seguiram, contribuíram para o clima generalizado de insegurança na região. Indicaram ainda a propensão dos governos para recorrerem à repressão e aos abusos dos direitos humanos como resposta à oposição, incluindo a oposição pacífica, em vez de procurarem resolver os problemas políticos, económicos ou sociais subjacentes.

Repressão de dissidentes

Embora estas tenham sido as manifestações mais extremas, a insegurança política generalizada na região foi ainda evidenciada por um padrão de intolerância dos governos para com, até mesmo, as críticas pacíficas e a dissidência. Em países como a Líbia, Arábia Saudita e Síria, governos autoritários não deram praticamente qualquer espaço à liberdade de expressão ou à actividade política independente. Na Líbia, houve uma ligeira abertura e a Amnistia Internacional foi autorizada a visitar o país pela primeira vez em cinco anos, mas os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião continuaram a ser seriamente limitados.

No Egito, os líderes da Irmandade Muçulmana (todos civis), condenados a penas de prisão na sequência de um julgamento por um tribunal militar em 2008, viram as suas sentenças confirmadas, e os membros e apoiantes da organização, oficialmente proibida mas com grande apoio popular, continuaram a ser perseguidos e detidos. Na Cisjordânia, a Autoridade Palestiniana liderada pela Fatah reprimiu os apoiantes do Hamas. Em Gaza, a administração de facto do Hamas perseguiu os apoiantes da Fatah. Em ambos os casos, detidos foram torturados e sujeitos a outros tipos de maus-tratos, e civis inocentes foram mortos e feridos em tiroteios entre as facções rivais.

As autoridades marroquinas, entretanto, foram cada vez menos tolerantes para com os defensores da independência do Sara Ocidental, administrado por Marrocos desde 1975, e para com os defensores dos direitos humanos sauráus. Em Novembro, expulsaram sumariamente Aminatou Haidar para as Ilhas Canárias, alegando que esta tinha renunciado à sua nacionalidade, e só recuaram e autorizaram o seu regresso a casa, em Laayoune, perante a crescente pressão internacional, depois de ela ter feito greve de fome durante um mês, arriscando a vida em defesa dos seus direitos humanos.

Em demasiados países, aqueles que tiveram a coragem ou a temeridade de questionar as políticas dos governos ou criticar os seus registos em matérias de direitos humanos continuaram a correr o risco de serem considerados inimigos do Estado e de serem detidos e condenados a penas de prisão.

Na Síria, o advogado dos direitos humanos Muhannad al-Hassani foi detido e arriscava uma pena de 15 anos de prisão por denunciar as deficiências de um notório tribunal especial usado para julgar suspeitos políticos. Foi proibido de exercer advocacia pela Ordem dos Advogados. O veterano activista político e advogado Haytham al-Maleh, apesar dos seus 78 anos, arriscava igualmente ser condenado a 15 anos de prisão por causa de comentários feitos durante uma entrevista à televisão.

Alguns até pagaram com as próprias vidas: na Líbia, Fathi el-Jahmi, um antigo crítico do governo, foi levado de avião para a Jordânia para tratamento médico atrasado, após cinco anos de detenção, e quando se tornou evidente que a sua morte estava iminente, morreu cerca de duas semanas depois.

Liberdade de expressão e comunicação social

Na maioria dos países da região, a comunicação social era apertadamente controlada. Editores e jornalistas tinham de cumprir regras escritas e não escritas, e evitar assuntos considerados tabu, incluindo as críticas ao líder, à sua família e aos seus colaboradores próximos, e a corrupção ou abuso de poder por parte das autoridades. A alternativa era estarem sujeitos a perseguição, detenção ou julgamento por acusações de difamação. Não foi só a comunicação social tradicional que foi afectada. No Egito e na Síria, por exemplo, as autoridades detiveram e condenaram bloggers por causa dos seus artigos, e por toda a região as autoridades estatais bloquearam o acesso a sites da Internet que publicaram comentários ou informações que consideraram contrárias aos seus interesses. No Irão, esta situação foi levada ao extremo nos meses que se seguiram às eleições presidenciais de Junho. As autoridades cortaram as comunicações por telefone e correio electrónico para tentar impedir que a verdade viesse ao de cima, principalmente através das fotografias tiradas por telemóveis dos

violentos ataques das milícias paramilitares Basij e outras forças leais ao governo contra manifestantes.

Na Tunísia, as autoridades usaram acusações falsas para julgar alguns dos seus críticos, ao mesmo tempo que manipulavam a comunicação social para difamar outros. A lei não serviu de protecção para os visados. Depois de o principal sindicato de jornalistas do país ter apelado a uma maior liberdade de imprensa, a sua liderança foi afastada e substituída por uma nova direcção que defendeu abertamente a reeleição do presidente para um inédito quinto mandato. Também os defensores dos direitos humanos continuaram sujeitos a perseguições continuadas, vigilância opressiva e outras violações dos seus direitos humanos pelas autoridades tunisinas, apesar da imagem de defensor dos direitos humanos que o governo procurou cultivar internacionalmente.

"Segurança" pública

No Egipto e na Síria, as autoridades mantiveram o estado de emergência em vigor há décadas, o qual conferia à polícia de segurança poderes excepcionais para deter suspeitos, mantê-los em regime de isolamento e sob condições que facilitavam a tortura e outras formas de tortura ou abusos. Israel continuou a impor um sistema de lei marcial sobre os palestinianos da Cisjordânia, enquanto os palestinianos de Gaza foram sujeitos a leis israelitas que lhes concediam ainda menos direitos.

Por toda a região, os governos deram poderes especiais às suas forças de segurança em nome da manutenção da segurança do Estado e da protecção contra as ameaças à segurança pública, muito embora estas forças tenham sido usadas para defender interesses políticos e para manter monopólios de poder contra os apelos para uma maior abertura, realização de eleições livres e mudança política.

Consequentemente, a tortura e outras formas de maus-tratos continuaram a ser endémicas e, na maior parte dos casos, foram cometidas com impunidade. Era prática comum na região manter os presos políticos em regime de isolamento, frequentemente durante semanas ou meses a fio, em segredo ou em locais de detenção não divulgados, onde eram torturados e vítimas de abusos para obter "confissões", para revelar os nomes dos seus associados e desta forma colocá-los em risco, para os transformar em informadores ou simplesmente para os aterrorizar. Muitos destes detidos eram depois levados a julgamento, frequentemente perante tribunais militares cujos procedimentos eram contrários ao estipulado nos padrões internacionais para um julgamento justo, ignorando rotineiramente as suas queixas de tortura e condenando-os com base nas suas "confissões" forçadas.

No Irão, as autoridades realizaram uma série de "julgamentos-espectáculo" remissivos daqueles associados aos regimes mais totalitários do século XX, para punir os acusados de liderar a onda de protestos populares contra os resultados oficiais das eleições presidenciais. Na Arábia Saudita, o governo anunciou que mais de 300 pessoas tinham sido condenadas por crimes relacionados com o terrorismo, mas não revelou pormenores sobre os julgamentos, que decorreram em segredo, sem que tivesse sido permitido o acesso de observadores e, aparentemente, de advogados de defesa. Foi anunciada a imposição de uma sentença de morte, e outros réus foram condenados a penas até 30 anos de prisão.

Vários governos da região continuaram a usar amplamente a pena de morte, justificando esta prática com o facto de ser obrigatória pela lei da Sharia e por dissuadir do crime e garantir a segurança pública. Em vários outros países não ocorreram execuções. Os principais utilizadores da pena de morte foram o Irão, o Iraque e a Arábia Saudita, países nos quais se realizou um grande número de execuções, frequentemente na sequência de processos legais que não cumpriram os padrões internacionais para um julgamento justo. Além disso, no Irão as vítimas incluíam criminosos juvenis condenados por crimes cometidos quando eram menores de 18 anos. Por contraste, as autoridades de países como a Argélia, Líbano, Marrocos e Tunísia, embora tenham continuado a decretar sentenças de morte, mantiveram nos últimos anos uma moratória de facto às execuções, num reflexo da crescente tendência internacional para acabar com as execuções.

Preocupações económicas – habitação e meios de subsistência

Apesar dos esforços da nova administração norte-americana para criar condições para fazer reviver o processo de paz para o Médio Oriente, as divisões entre israelitas e palestinianos aprofundaram-se ainda mais durante o ano de 2009 – não só por causa das mortes e da destruição causadas pela Operação "Chumbo Fundido", mas também por causa do impacto do persistente bloqueio israelita à Faixa de Gaza. Iniciado em Junho de 2007, o bloqueio continuou a isolar quase um milhão e meio de palestinianos do resto do mundo, confiando-os aos apertados limites territoriais de Gaza e limitando seriamente a importação de bens e produtos essenciais. Este agravamento gratuito das privações a que os habitantes de Gaza já estavam sujeitos prejudicou seriamente o seu acesso aos cuidados de saúde e educação e destruiu indústrias e meios de subsistência. Imposto com o objectivo declarado de travar o disparo de rockets contra Israel por parte dos grupos armados palestinianos, o bloqueio constituiu um verdadeiro ultraje – a imposição de uma punição colectiva a toda a população de Gaza. Obviamente, afectou principalmente os mais vulneráveis – crianças, idosos e doentes, incluindo aqueles que precisavam de tratamento médico no exterior de Gaza – e não os militantes armados responsáveis pelo lançamento dos rockets.

O bloqueio de Gaza e as políticas israelitas na Cisjordânia – incluindo a demolição de casas, os bloqueios de estradas e as restrições às deslocações – contribuíram para o empobrecimento dos palestinianos, como que de propósito. Em outros pontos da região, milhões de pessoas viviam em acampamentos informais – bairros de lata – em vários níveis de pobreza. No Grande Cairo, por exemplo, muitos viviam em zonas consideradas "inseguras" pelas autoridades egípcias devido ao risco constante de queda de pedras ou à existência de cabos de alta voltagem. Os residentes corriam risco de ser despejados sem serem devidamente consultados. Outros, realojados após um deslizamento de terras letal em 2008 que fez mais de 100 mortos, queixavam-se de que não tinham qualquer segurança de propriedade nos seus novos alojamentos.

Discriminação

Por toda a região, mulheres e raparigas continuaram a enfrentar discriminação legal e de outras formas e a verem ser-lhes negada a oportunidade de aceder a direitos como a educação, saúde e participação política. Na maior parte dos países, as leis familiares e de estatuto pessoal consideravam as mulheres inferiores aos homens em

questões relacionadas com heranças, divórcio e custódia dos filhos, e faziam que não fossem devidamente protegidas contra a violência no seio familiar ou motivada pelo género. Países como o Iraque, a Jordânia e a Síria mantiveram leis que permitiam que os homens responsáveis por violência contra as mulheres escapassem à punição ou recebessem punições mínimas se os seus crimes fossem considerados como tendo ocorrido "num acesso de raiva" ou tivessem como objectivo defender a "honra" da família. Na Síria, foi considerado um progresso o facto de o presidente ter decretado, em Julho, que os homens que matassem ou ferissem familiares do sexo feminino por estes motivos deviam ser condenados a pelo menos dois anos de prisão.

Registaram-se assassinatos de "honra" de mulheres na Jordânia, Autoridade Palestiniana e Síria. No Iraque, mulheres foram atacadas e ameaçadas por não cumprirem o rígido código moral e mulheres que foram detidas queixaram-se a um comité parlamentar de terem sido violadas sob detenção. No Irão, as autoridades continuaram a perseguir activistas e defensores dos direitos humanos das mulheres que lideravam a campanha popular para acabar com a discriminação legal contra as mulheres.

Durante o ano de 2009 registaram-se, porém, alguns avanços. No Kuwait, quatro mulheres foram pela primeira vez eleitas de forma directa para o Parlamento, depois de as mulheres terem sido autorizadas a votar e a concorrer às eleições em 2005. Na Arábia Saudita foi nomeada a primeira mulher ministra – para a pasta da educação das mulheres. No Líbano, foi alterada a lei para permitir que as mulheres iemenitas casadas com estrangeiros pudessem transmitir a sua nacionalidade aos filhos, mas uma proposta para aumentar a idade mínima de casamento das raparigas continuava pendente, embora os casamentos precoces e forçados de raparigas continuassem a ser comuns e contribuíssem para os notoriamente elevados índices de mortalidade materna no Líbano. O Qatar aderiu em Junho, embora com reservas, à Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, enquanto os governos da Argélia e da Jordânia levantaram algumas das anteriores restrições ao tratado mas mantiveram outras, continuando desta forma a minar a essência da Convenção como instrumento para acabar com a discriminação de género.

Nos estados ricos em petróleo e gás do Golfo, foram os trabalhadores migrantes – a maior parte provenientes da Ásia – que ajudaram, com o seu trabalho, a sustentar as economias nacionais e a construir o arranha-céus mais alto do mundo, inaugurado com grande pompa e circunstância em Dezembro no Dubai. Estes faziam os trabalhos mais pesados, mas no que diz respeito aos direitos humanos, estavam no fundo da escala: sujeitos a abusos, explorados e frequentemente obrigados a viver em terríveis condições, longe da opulência. Mesmo no fundo da escala, tanto no Golfo como em países como o Líbano, estavam os trabalhadores domésticos migrantes, a maior parte dos quais eram mulheres. Elas eram geralmente excluídas até das débeis leis de protecção laboral destinadas aos trabalhadores da construção civil e de outras indústrias. Encontravam-se entre as mais vulneráveis à exploração e aos abusos, triplamente discriminadas como estrangeiras, trabalhadoras sem protecção e mulheres.

Por toda a região, a situação dos migrantes estrangeiros causou sérias preocupações. Milhares de alegados migrantes irregulares da África subsariana que procuravam obter trabalho ou viajar para a Europa foram detidos na Argélia, Líbia e outros países e expulsos de forma sumária. Alguns foram espancados ou vítimas de outro tipo de

abusos. As forças de segurança egípcias mataram a tiro pelo menos 19 migrantes que tentavam entrar em Israel e deportaram à força para a Eritreia outros 64, apesar do risco de abuso dos direitos humanos que corriam naquele país. O governo argelino considerou a saída "ilícita" do país tanto pelos seus cidadãos como por estrangeiros como um crime. Um projecto de lei que estava a ser apreciado pelo Parlamento israelita previa a imposição de penas de prisão a estrangeiros que entrassem ilegalmente em Israel, com penas mais pesadas para cidadãos de determinadas nacionalidades.

De igual modo, raramente os refugiados e requerentes de asilo receberam a protecção a que tinham direito. No Líbano, a grande comunidade de refugiados palestinianos que vive no país há muitos anos continuou a não ter acesso a habitações adequadas, emprego e usufruto dos seus outros direitos económicos e sociais. Milhares de pessoas que abandonaram o campo de Nahr al-Bared para fugir aos combates de 2007 ainda não tinham conseguido regressar às suas casas mais de dois anos após o fim dos combates. Além disso, o processo destinado a remediar a situação dos vários milhares de refugiados sem documentos oficiais – “sem identidade” – foi suspenso pelas autoridades de segurança libanesas.

Mulheres, migrantes, refugiados: estes não foram os únicos a sofrer de discriminação e violência em 2009. No Irão, no Iraque e noutros países, membros de minorias étnicas e religiosas foram vítimas de discriminação e ataques violentos. Na Síria, milhares de curdos eram, na prática, apátridas, e activistas da minoria curda foram presos. No Qatar, os membros de uma tribo acusada de envolvimento numa tentativa falhada de golpe de Estado em 1996 continuaram a não ter direito à nacionalidade e, conseqüentemente, ao emprego e outros direitos. Outra minoria que enfrentava discriminação era a comunidade das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais. No Egipto, por exemplo, as pessoas suspeitas de homossexualidade foram perseguidas ao abrigo de uma lei contra o deboche e sujeitas a tratamento degradante. No Iraque, homossexuais foram sequestrados, torturados, assassinados e mutilados por milícias islâmicas, e os responsáveis permaneceram impunes.

Responsabilização por crimes do passado

O ano de 2009 registou poucos progressos relativamente ao combate às violações dos direitos humanos ocorridas no passado, apesar dos esforços continuados e corajosos de muitos sobreviventes e familiares das vítimas para tentar apurar a verdade e procurar obter justiça. O governo argelino pareceu ainda mais determinado em apagar da memória pública os desaparecimentos forçados e assassinatos dos anos 90, e o governo sírio não mostrou qualquer interesse em clarificar o destino daqueles que desapareceram durante o mandato do pai do actual presidente. No Líbano, os grupos de defesa dos direitos humanos conseguiram que um tribunal ordenasse a divulgação pública das conclusões de uma investigação oficial aos desaparecimentos forçados, mas não havia indicações de que o governo, uma coligação de diferentes facções, estivesse disposto a procurar a verdade de forma determinada. Foi criado nos Países Baixos o Tribunal Especial para o Líbano, com o mandato de julgar os perpetradores de uma série de crimes políticos – o assassinato do ex-primeiro-ministro Rafic Hariri e ataques relacionados –, mas esta medida não foi complementada por outros avanços no sentido de investigar muitos outros crimes. Em Marrocos e no Sara Ocidental, as reformas legais e institucionais recomendadas anos antes pela inédita Comissão de Equidade e Reconciliação continuavam por implementar, e não foram tomadas

medidas para trazer justiça a todos aqueles cujos direitos foram violados durante o reinado do rei Hassan II, período em que a violência estatal contra dissidentes e opositores foi particularmente grave. No Iraque, os acusados de cometerem crimes durante o regime de Saddam Hussein continuaram a ser julgados perante um tribunal altamente irregular que continuou a condenar pessoas à morte. Na Líbia, os familiares dos reclusos mortos na prisão de Abu Salim em 1996 continuavam a aguardar os resultados do atrasado – e aparentemente secreto – inquérito oficial.

Conclusão

Dez anos após o início de um novo milênio, muito – tanto – continua por fazer para tornar reais os direitos humanos definidos há 60 anos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em particular, por toda a região, as autoridades estatais mostraram relutância ou mesmo falta de vontade para cumprir as suas obrigações ao abrigo dos tratados internacionais de proteger e promover os direitos humanos. Esta tendência agravou-se face à ameaça representada pelo terrorismo, embora essa ameaça tenha igualmente sido usada como justificação conveniente para apertar ainda mais a repressão contra as críticas legítimas e a dissidência. Mesmo assim, por toda a região, pessoas corajosas recusam desistir e continuam a defender os seus direitos e a exigir o que lhes é devido, e a defender os direitos dos outros. Estas pessoas são a nossa inspiração.